

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS COMPANHIAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA BM&FBOVESPA¹

MASTELLA, Jeferson Felipe da Silva ²; MARETH, Taciana ³

Resumo

As grandes mudanças na economia ocorrida nos últimos anos, fizeram com que as empresas tivessem uma visão diferenciada com relação ao desenvolvimento sustentável e principalmente a sua imagem diante de investidores e consumidores. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar quais são as práticas ambientalmente responsáveis evidenciadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. Foi realizada uma investigação onde foram analisadas as trinta e nove empresas que compõe a carteira do ISE, esta pesquisa de âmbito descritivo, foi realizada através de análises de conteúdo, tem por objetivos; identificar as empresas integrantes do ISE que publicaram informações ambientais no ano de 2015. Com este estudo percebeu-se que a grande maioria das empresas da carteira analisada, preocupa-se em manter um desenvolvimento sustentável, e principalmente em divulgar tal preocupação tanto para os clientes como para seus investidores.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Meio Ambiente.

Abstract

The great changes in the economy occurred in recent years, have made companies have a differentiated vision regarding sustainable development and especially its image before investors and consumers. In this sense, the present study aims to identify which are the environmentally responsible practices evidenced by the companies listed in the Corporate Sustainability Index. An investigation was carried out in which the thirty-nine companies that compose the ISE portfolio were analyzed; this research of descriptive scope, thread conducted through content analysis, has as objectives; To identify those companies that were members of ISE that published environmental information in the year 2015. With this study it was noticed that the great majority of the companies analyzed in the portfolio, is concerned with maintaining a sustainable development, and especially in disclose such concern both for the Customers as well as to its investors.

Keywords: Environmental Accounting, Sustainability, the Environment.

1 . INTRODUÇÃO

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente se intensificou em todos os segmentos da sociedade. Este aumento de conscientização partiu primeiramente dos consumidores e fornecedores, que buscam questionar os processos de industrialização praticados pelas grandes empresas, também os métodos utilizados no uso de suas matérias primas, pois se utilizadas de

¹Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

²Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – email: jefersonmastella@gmail.com

³Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, Bacharel em Ciências Contábeis – UNICRUZ, Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS e Doutora em Engenharia de Produção – PUC Rio. email: taciaanareth@yahoo.com.br

maneira ineficaz, acabam contribuindo com a geração de resíduos. O destino que é dado para seus resíduos, também é importante, pois estes resíduos se não tratados de forma adequada acabam afetando a saúde humana e a escassez de recursos naturais.

A pesquisa tem como objetivo identificar quais são as práticas ambientalmente responsáveis evidenciadas pelas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial, buscou-se verificar tal preocupação. Foi feita uma investigação onde foram analisadas as trinta e nove empresas que compõe a carteira do ISE. Esta pesquisa tem âmbito descritivo, foi realizada através de análises de conteúdo, tem por objetivos; identificar as empresas integrantes do ISE que publicaram informações ambientais no ano de 2015; verificar quais foram tipos de relatórios de divulgação foram os mais utilizados, pelas empresas investigadas; identificar os tipos de evidenciação utilizadas, sendo declarativa, monetária ou não monetária.

Diante disso, as companhias adotam sistemas de gestão ambiental e investem em procedimentos que reduzam os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente e, em consequência disso, deveriam incorporar a questão ambiental nos seus relatórios. Com essa nova postura de clientes e fornecedores, as empresas estão começando a se preocupar com as questões relacionadas com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Conforme Marcondes e Bocarji (2010), estes princípios estão sendo progressivamente consolidados nos mercados de capitais. Com este cenário as bolsas assumiram um importante papel de atitude de protagonismo, desenvolvendo ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa das empresas, de suporte a mercados de desenvolvimento sustentável, como o dos créditos de carbono, e também de iniciativas sociais de apoio à educação. Entretanto, o passo que foi mais decisivo para essa nova tendência mundial é a construção de índices de acompanhamento dos mercados, baseados no desempenho das ações comprometidas com a sustentabilidade, ou seja, com o atendimento das necessidades e aspirações do presente com o comprometimento da capacidade de atender às do futuro.

Criado em 2005, no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem como objetivos principais atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro e ser uma referência para o investimento socialmente responsável no índice que conta com 39 companhias no ano de 2015.

A realização e a divulgação das práticas socialmente responsáveis ajudam a agregar valor às organizações, pois além de informar com transparência a conformidade diante das leis, comunicam a todos os seus stakeholders, ou seja, a todos aqueles com os quais a empresa se relaciona (clientes, acionistas, fornecedores, investidores, governo, sociedade, público interno e comunidade do entorno) as ações ambientalmente favoráveis ao desenvolvimento sustentável.

Ribeiro (2010) diz que os investidores estão cada vez mais cientes de que, uma empresa que não possui uma boa postura em relação às questões ambientais, pode sobrepôr em risco o retorno das aplicações de recursos. Os governos adotaram de forma geral, posturas mais rígidas em

relação às atividades econômicas altamente poluidoras, como as sanções penais para os administradores e proprietários, e penalidades (multas) aos infratores das regulamentações ambientais. A sociedade em geral, ciente dos impactos ambientais causados no processo de produção, preza cada vez mais as empresas que se responsabilizam pela proteção e preservação ambiental.

Portanto a empresa estar dentro das normas é uma obrigação, e que se denomina responsabilidade regulada e acabara se destacando no mercado. Com isso, ela poderá atrair investidores e clientes, o que acarretará na ampliação das vendas, na possibilidade de conquistar e fidelizar consumidores e, conseqüentemente, no maior interesse dos acionistas e possíveis investidores em aplicar capital na organização, e assim garantir seu crescimento e desenvolvimento.

A importância deste trabalho sobre a evidenciação das informações ambientais, é contribuir para a qualificação acadêmica, ampliar o conhecimento em relação as informações ambientais, e ainda demonstrar as empresas, que com uma boa postura em relação com questões ambientais conquista-se a credibilidade e o respeito perante a sociedade, além de se tornar um ponto competitivo no qual se pode alcançar resultados positivos. O estudo ampara-se na importância da evidenciação das informações ambientais como forma de prestação de contas aos stakeholders em geral, de forma a evidenciar a responsabilidade social das empresas no aspecto ambiental e a sua sustentabilidade como agente econômico.

Para atingir o objetivo proposto, além desta introdução, este estudo está dividido em 5 capítulos. No capítulo 2 tem-se a fundamentação teórica, no capítulo 3 a metodologia, no 4 análise e apresentação dos resultados, e por fim as considerações finais no capítulo 5.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentado a fundamentação teórica relacionada ao tema deste trabalho e também serão apresentados os aspectos conceituais agrupados em tópicos sobre: contabilidade ambiental, ativos ambientais, passivos ambientais, despesas ambientais, receitas ambientais, custos ambientais, investimentos ambientais.

2.1 Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental apresenta-se como um novo desafio aos usuários para demonstrar a importância de as empresas atuarem na preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando a contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões, além das obrigações que se referem à questão ambiental para com a sociedade.

O surgimento da contabilidade ambiental dá-se devido à necessidade de registrar adequadamente os efeitos-financeiros que ocorrem na tentativa de preservar o meio ambiente (SILVA, 2009, p. 36).

A importância da contabilidade ambiental começa a vigorar quando os problemas ambientais passam a preocupar os gestores e a sociedade, devido à necessidade de mais informações objetivas sobre o meio ambiente o que inicialmente, os contadores não eram bem preparados para esse assunto (CUNHA, SOUZA/SOUZA, 2009).

A contabilidade ambiental é definida como um instrumento de mensuração dos gastos ambientais e de avaliação de desempenho no que envolva a questão ambiental. Deve estar devidamente integrada com a contabilidade tradicional, pois abrange informações originadas desde a aquisição de insumos até o descarte integral ou parcial do produto final (COELHO E LINS, 2010).

Neste sentido, a contabilidade ambiental é um fator importante para o sucesso das entidades. A contabilidade ambiental serve de base para um eficiente controle gerencial, aos quais se realizam por meio do processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

2.2 Ativos Ambientais

Os ativos são um recurso controlado por uma empresa que surgem de eventos passados e de onde são esperados futuras receita de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa.

Segundo Ribeiro (2010), os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

Segundo Kraemer (2005), os ativos ambientais representam: a) os estoques de insumos, peças, acessórios, dentre outros, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de emissão de resíduos; b) os investimentos em máquinas, instalações, equipamentos adquiridos e/ou produzidos que viabilizam a redução de resíduos poluentes; c) os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologia no longo prazo, quando estes puderem ser claramente relacionados com receitas futuras.

Assim os ativos ambientais, são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser adicionados em linha à parte no Balanço Patrimonial, para permitir ao usuário melhor avaliação das ações e decisões ambientais da empresa.

2.3 Passivos Ambientais

Os passivos ambientais referem-se conjunto de todas as obrigações que as empresas têm com a natureza e com a sociedade, destinado exclusivamente a promover investimentos em benefícios do meio ambiente.

Para Ribeiro (2010), passivo ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p.178):

Podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento. Sendo tais investimentos financiados por fornecedores ou por instituições de crédito, a companhia contrairá exigibilidades de cunho ambientais, classificadas como Passivo Ambiental.

Portanto, é de extrema importância que a empresa tenha consciência ambiental responsável pois para obter a preservação ambiental ela vai precisar sacrificar um pouco de seus lucros.

2.4 Despesas Ambientais

As despesas ambientais ocorrem nas atividades da empresa, elas devem ser gerenciadas para que ocorram em menor escala e com menor impacto possível no meio ambiente.

Conforme Ribeiro (2010) são todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa.

Já de acordo com Carvalho (2008), são todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.

Desta forma, todos os gastos, custos econômicos relacionados à preservação e recuperação do meio ambiente, são considerados despesas ambientais.

2.5 Receitas Ambientais

Toda a venda de resíduos de sobras da produção bem como a redução de matérias-primas gera uma receita ambiental para a empresa.

Para Iudícibus e Marion (2007), a receita ambiental é um acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil, resultante da venda de sobras e resíduos gerados durante

o processo de produção de seus produtos, e ganho em resultados positivos decorrentes da atuação na preservação do meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), as receitas ambientais se originam de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matéria-prima; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; e participação do faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devido a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Existem muitos fatores que geram receitas ambientais, e favorecem tanto a empresa como o meio ambiente, por isso é relevante ter informações ambientais, para a melhor tomada de decisão do administrador.

2.6 Custos Ambientais

A gestão dos custos ambientais se faz vital para a continuidade das empresas na atualidade e no futuro, por esta razão é importante a adotar mecanismos de controle e que gerem melhores resultados operacionais, sem impactar o meio ambiente.

Para Ribeiro (2010) os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indireta, com a proteção do meio ambiente.

Os custos ambientais podem ser uma porcentagem significativa do total dos custos operacionais e muitos desses custos podem ser reduzidos, ou eliminados, por meio de uma gestão eficaz. Nesse sentido, menciona-se que os custos ambientais devem ser relatados e classificados separadamente com intuito de que os gestores possam avaliar o impacto na rentabilidade da empresa. Do mesmo modo, destaca-se que atribuir custos ambientes aos produtos e processos revela as fontes desses custos e auxilia a identificar suas principais causas de forma que possam ser controlados. (HANSEN E MOWEN, 2001).

Uma adequada gestão ambiental e dos custos ambientais proporcionam benefícios a empresa, devido ao controle interno podem trazer uma redução de seus custos operacionais e econômicos, e melhorar a imagem da empresa perante a sociedade.

2.7 Investimentos Ambientais

O termo investimento pode ter diferentes significados. Na área financeira o investimento pode ser o total do ativo menos o passivo de funcionamento. Para análise de balanços investimento representa participações em outras empresas. Um investimento pode ser também, toda aquisição de ativos e estoques visando benefícios futuros. Para este estudo o termo Investimento Ambiental

é definido como todos os gastos incorridos, e a incorrer, para aquisição de ativos que tenham relação com os processos de preservação, controle e recuperação do meio ambiente visando benefícios futuros.

Em relação aos Investimentos o balanço social de acordo com o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) classifica os investimentos em responsabilidade social em três grandes grupos, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos investimentos em responsabilidade social segundo o IBASE

Indicadores	Variáveis analisadas
Internos: (investimentos dentro da empresa)	Alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, outros.
Externos (investimentos na sociedade)	Educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação, combate à fome e segurança alimentar, tributos, outros.
Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação na empresa, investimentos em programas e/ou projetos externos.

Fonte: Machado *et al* (2006, p.3).

Evidenciar os investimentos através da geração de informações úteis para a tomada de decisões e para os diferentes *stakeholders* é um dos objetivos da contabilidade, sendo assim, todas as atividades que geram custos e riscos (atuais ou potenciais) para uma organização ou para sociedade devem ser divulgadas.

2.8 Evidenciação Ambiental

A evidenciação contábil ou *disclosure* é divulgada de diferentes formas pelas empresas. Segundo Nossa (2002), o tipo de *disclosure* pode ser definido como a maneira pela qual a informação é apresentada nos relatórios. Dada a necessidade de evidenciar informações ambientais, torna-se importante a utilização da evidenciação ambiental pelas empresas. Este ramo ambiental da contabilidade diz respeito à identificação, mensuração, relatórios e o desenvolvimento de mecanismos de controle adotados pela empresa.

A evidenciação, segundo Iudícibus (2004), deve apresentar, de maneira ordenada, informação qualitativa e quantitativa, deixando o menos possível ficar de fora dos demonstrativos formais, com o intuito de propiciar uma base adequada de informação para o usuário. Portanto, a

evidenciação das informações sociais e ambientais demonstram à sociedade a responsabilidade e a participação social e ambiental da entidade, de forma transparente e objetiva.

No Quadro 2 apresenta quais as informações a evidenciação ambiental implicam em responder.

Quadro 2 – Perguntas as quais a informação ambiental deve responder

O quê	Todas as informações relativas aos eventos e às transações envolvidos com a questão ambiental;
Como	Com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos valores e da natureza dos gastos, relativos à interação da empresa com o meio ambiente;
Quando	O registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares;
Onde	As demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e da natureza das informações a serem prestadas.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2005, p. 108).

Os usuários das informações contábeis estão cada vez mais preocupados não só com aquelas informações que dizem respeito ao lucro das empresas, mas também às divulgações que evidenciam a relação da empresa com o meio ambiente.

Segundo o CPC 22 - Informações por Segmento (CPC, 2014), as empresas devem evidenciar informações relativas às atividades que executam e aos ambientes econômicos em que atuam. Tais informações devem possibilitar uma avaliação da natureza e dos efeitos financeiros dessas atividades. Essa avaliação é feita por usuários externos, como governo, investidores e credores, para viabilizar a tomada de decisão, como, por exemplo, decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais (CPC 00, 2014).

Dada a necessidade de evidenciar informações ambientais, torna-se importante a utilização da contabilidade ambiental pelas empresas. Este ramo da contabilidade diz respeito à “identificação, mensuração, relatórios e o desenvolvimento de mecanismos de controle dos eventos e transações relacionadas ao meio ambiente” (BARBOSA et al. 2013, p. 60).

Ferreira e Silva (2006) afirmam que a contabilidade ambiental tem a responsabilidade de evidenciar os gastos com o ambiente, apresentando-os aos seus usuários e possibilitando que as empresas utilizem tal evidenciação para manter sua vantagem competitiva.

No que se refere à evidenciação, esta é conceituada como a divulgação de todas as informações consideradas significativas para os usuários em sua tomada de decisão com o intuito de manter a transparência corporativa da empresa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo aborda os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa, desde a estratégia de pesquisa a ser utilizada, até os procedimentos de coleta e análise.

Método é o conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim (GALLIANO, 1979, p.6). Procedimento racional arbitrário de como atingir determinados resultados (...). Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo pré-estabelecido” (FERRARI, 1982, p. 19).

Já para Marconi e Lakatos (2003, p. 83).

O método é conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, a metodologia de pesquisa deve ser definida como um processo sistêmico, no qual se pode conferir maior ênfase à investigação e alcançar o conjunto de metas estabelecidas em determinado prazo.

Os tipos de pesquisa existentes, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013), devem ser analisados para que o leitor seja informado a respeito da conceituação e justificativa, à luz da investigação específica. Os autores propõem alguns critérios básicos nos quais consiste a aplicabilidade da pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa pressupõe em pesquisa básica e pesquisa aplicada. Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva e explicativa. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos se fundamentam em bibliográfica, documental, experimental, levantamento, pesquisa de campo, estudo de caso, ex-post-facto e pesquisa ação. Do ponto de vista da abordagem, podem ser quantitativas e qualitativas. Destaca-se que os tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes, podendo assim, possuir mais de uma metodologia para e realizar o desenvolvimento dos argumentos.

Uma das formas de expor a metodologia de um estudo é definindo seus objetivos, e consiste na meta em que o pesquisador vai buscar atingir seu resultado.

Segundo Gil (2002, p. 41), é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

A pesquisa em questão é de natureza descritiva, pois foram analisadas determinadas características (práticas ambientais) nas divulgações dos seus Relatórios de Sustentabilidade e nos sites das empresas selecionadas. Estas variáveis foram analisadas, descritas, comparadas por meio da interpretação dos dados coletados, e assim se chega a uma conclusão quanto à divulgação, por

parte das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial, das práticas ambientalmente responsáveis.

Para Castro (1977, p. 66), “quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais seja examinada”. Neste sentido o presente estudo se objetivou em analisar as práticas ambientalmente responsáveis evidenciadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre Evidenciação ambiental no contexto das companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISE) da BM&FBOVESPA, foi utilizada a técnica de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Segundo Oliveira (2007) a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Neste sentido, a pesquisa procura realizar um levantamento de documentos como relatórios administrativos, sendo eles obrigatórios ou voluntários dentre os quais: a Demonstração Financeira Padronizada (DFP); Relatório Anual (RA) e Relatório de Sustentabilidade (RS). Através da análise documental, é possível apontar as técnicas voltadas para a evidenciação ambiental, nos canais de comunicação utilizados pelas empresas pesquisadas.

A pesquisa bibliográfica para Marconi e Lakatos (2002, p. 183) “tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. O pesquisador obtém seus objetivos utilizando-se de material já elaborado, principalmente em livros e artigos científicos, como base de seu conhecimento e assim, acumula maior informação para a obtenção de dados informativos. Pode-se afirmar que o objetivo principal da pesquisa bibliográfica é desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado problema para que assim se procure uma resposta ou fato a se experimentar.

Quanto a abordagem o estudo se caracteriza como qualitativo, na qual procura descrever sobre os fenômenos levantados e assim, avaliar os resultados encontrados sobre analisar as práticas ambientalmente responsáveis evidenciadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial.

A pesquisa qualitativa se baseia no levantamento de dados e estimula o pesquisador a desenvolver conceitos, ideias e entendimentos sobre os padrões encontrados no estudo de algum tema, objeto ou conceito. Segundo Richardson (1999), este modo de pesquisa consiste em uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas. Enfatiza-se que nesse tipo de abordagem podem-se realizar análises minuciosas em relação ao fenômeno estudado.

A pesquisa qualitativa visa compreender e interpretar os comportamentos e atitudes dos métodos estudados e assim não há preocupação em comprovar as hipóteses que são previamente

estabelecidas, porém elas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados da pesquisa.

A amostra deste estudo são as 39 companhias listadas no ISE - Índice Sustentabilidade Empresarial pela BMF&BOVESPA, conforme apresenta o Quadro 4. Esta amostra foi divulgada no dia 26 de novembro de 2014 e vigora de 05 de janeiro de 2015 a 02 de janeiro de 2016. A nova carteira reúne 51 ações de 39 companhias. Elas representam 19 setores, um a mais que em 2014, e somam R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,87% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA com base no fechamento de 24/11/2014 (no ano anterior, somavam R\$ 1,14 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 47,16% do total com base no fechamento de 26/11/2013). Destas empresas, seis não divulgaram as suas respostas no site do ISE.

Quadro 3 - Empresas integrantes da carteira ISE 2015

AES TieTê	BRF	Copel	Eletróbrás	Fleury	JSL	Natura	Tim
B2W	CCR	CPFL	Eletropaulo	Gerdau	Klabin	Sabesp	Tractebel
Banco do Brasil	Cemig	Duralex	Embraer	Gerdau MET	Light	Santander	Vale
Bradesco	Cielo	Ecorodovias	Even	Itaú S.A	Americanas	Sul America	Weg
Braskem	Coelce	EDP	Fibra	Itaú Unibanco	Lojas Renner	Telefônica	

Fonte: BM&F Bovespa

A realização do plano de coleta e levantamento de dados, objetiva servir de base para a resolução dos problemas apontados na pesquisa, para assim, atingir os objetivos propostos. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 102), “após a definição do projeto, o desenvolvimento da pesquisa parte da coleta de dados e informações, tecnicamente levantados, analisados e interpretados visando à sua correta utilização, conforme o objetivo da pesquisa. ”

A observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas referente ao caso estudado.

Assim afirma Prodanov e Freitas (2013, p. 103):

A técnica de observação pode ser muito útil para a obtenção de informações. Mais do que perguntar, podemos constatar um comportamento. Sua utilização como técnica tem algumas importantes restrições a serem consideradas, desde a falta de objetividade do observador até a dificuldade de prever o momento da ocorrência de um determinado fato para ser observado.

Primeiramente, foram acessados os relatórios (Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), Relatório Anual (RA), Relatório de Sustentabilidade (RS); para descobrir os tipos de relatórios que as empresas usam para evidenciar suas informações. Estes relatórios são disponibilizados na internet por meio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) ou no site das próprias companhias. Ressalta-se que algumas empresas não possuem todos relatórios ambientais e sociais específicos, portanto, salienta-se que será utilizada neste caso a DFP. Justifica-se a escolha da DFP, pois é baseada em duas premissas fundamentais para realização de uma pesquisa: relevância e comparabilidade. “A relevância resulta da importância das DFPs no processo de comunicação entre a empresa e seus *stakeholders*” e, a comparabilidade, significa “que todas as empresas são obrigadas a enviar as DFPs à Comissão de Valores Mobiliários” (MURCIA *et al.*, 2008, p. 264).

Também será comparado os resultados apurados nesta pesquisa com resultados anteriores do estudo de Murcia que ocorreu em 2008.

A partir desses relatórios, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para identificar a evidenciação ou não evidenciação das informações ambientais

Por fim, foram analisados os tipos de evidenciação, ou seja, como a informação é apresentada (declarativa; quantitativa não monetária; quantitativa monetária; e quantitativa monetária e não-monetária).

Assim como Rover *et al* (2008), após a categorização são necessários critérios para analisar os tipos de evidenciação das informações ambientais. Os referidos autores embasaram sua classificação em um estudo elaborado por Gray, Kouhy e Lavers (1995), que dividem a análise das informações em dois grandes grupos: evidência (*evidence*) e notícia (*news*).

Neste sentido de acordo com os autores, as evidências deste estudo acerca da informação ambiental foram classificadas em quatro unidades de registro distintas conforme o quadro 4.

Quadro 4 – Classificação das evidências

Tipos das Evidências	Evidências
Declarativa	Informação qualitativa expressa em termos descritivos;
Quantitativa não monetária	Informação quantitativa expressa em números de natureza não-financeira;
Quantitativa monetária:	Informação quantitativa expressa em números de natureza financeira;
Quantitativa monetária e não monetária	Informação quantitativa expressa em números de natureza financeira e não-financeira;

Fonte: Gray, *et al* (1995)

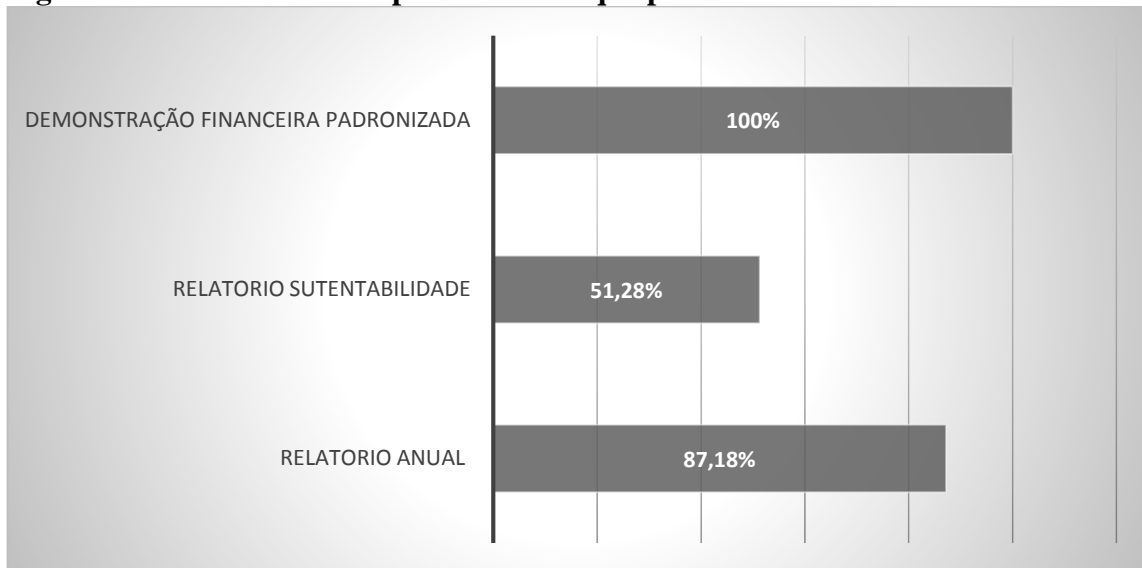
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As empresas que fazem parte da amostra deste estudo foram identificadas por meio do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O questionário ISE compreende um grupo de questões, cujas respostas indicam se a empresa converge para a sustentabilidade empresarial e suas ações podem ser listadas no índice de sustentabilidade da BM&FBOVESPA. As empresas interessadas em fazer parte do ISE da BM&FBOVESPA respondem ao questionário elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-SP, conhecido pela sigla GVCES.

Conforme a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA, 2006) e Monzoni, Bidermann e Brito (2006), o Índice de Sustentabilidade (ISE) tem como objetivo promover práticas empresariais que integram desempenho econômico, social e ecológico em seus negócios e demonstrar retornos de uma carteira composta por ações de empresas consideradas sustentáveis. As demais organizações que participam do desenvolvimento são: Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), International Finance Corporation (IFC), Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente.

Para selecionar as empresas que compõe o ISE e o CES-FGV (Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas) desenvolveram um questionário para medir o desempenho econômico, ecológico e social das companhias emissoras das 150 ações mais negociadas na BMF&BOVESPA. O questionário procura abordar o conceito Triple Bottom Line (TBL), desenvolvido pela consultoria inglesa SustainAbility, que envolve a avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros, assim como a posição da empresa perante acordos globais, publicações sociais e governança corporativa.

A Figura 1 demonstra o percentual de empresas do índice de sustentabilidade empresarial – ISE, que possuíam Demonstração Financeira Padronizada (DFP), Relatório Anual (RA) e Relatório de Sustentabilidade (RS) disponíveis para realização da pesquisa.

Figura 1 – Percentual de empresas do ISE que publicaram os relatórios

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Verifica-se por meio da Figura 1 que todas as empresas do ISE disponibilizaram a Demonstração Financeira Padronizada, uma vez que é obrigatória a sua apresentação à Comissão de Valores Mobiliários.

Quanto aos demais relatórios, em virtude de serem relatórios voluntários, percebe-se que nem todas as empresas os elaboraram e/ou divulgaram. Assim, destaca-se que: 87,18% (34) das empresas apresentaram o Relatório Anual; e 51,28% (21) empresas publicaram o Relatório de Sustentabilidade. É importante destacar que não existe padronização para elaboração dos relatórios voluntários. Nesse sentido, verificou-se que algumas empresas publicaram num mesmo documento o Balanço Social, o Relatório Anual e/ou o Relatório de Sustentabilidade. Constatou-se, neste sentido, que a maioria das empresas já utiliza o relatório anual e o relatório de sustentabilidade em um mesmo documento padronizado.

No Quadro 5 são demonstrados o número total e o percentual de empresas analisadas que evidenciou algum tipo de informação sobre o meio ambiente nos relatórios investigados.

Quadro 5 – Total e percentual de empresas que evidenciou informações ambientais

RELATÓRIOS	DFP	RA	RS
NÚMERO DE EMPRESAS	34	34	21
PERCENTUAL	87,18%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme a Quadro 5 percebe-se que na maioria dos relatórios foi evidenciada alguma informação sobre o meio ambiente. Vale ressaltar que em todos os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade analisados foram divulgadas informações ambientais. No entanto, cinco empresas não evidenciaram aspectos ambientais na Demonstração Financeira Padronizada.

Entre as informações apresentadas nos relatórios pesquisados destacam-se aquelas sobre políticas de gestão ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, custos e investimentos ambientais.

O quadro 6 apresenta a relação das empresas do índice de sustentabilidade que evidenciaram informações ambientais, e também as empresas que por algum motivo não evidenciaram.

Quadro 6 – Empresas do ISE que evidenciaram ou não evidenciaram informações ambientais

	EMPRESAS	RAMO ATIVIDADE	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL
1	AES Tietê	Energia Elétrica	SIM
2	B2W	Comércio Eletrônico	SIM
3	Banco do Brasil	Instituição Financeira	SIM
4	Bradesco	Instituição Financeira	SIM
5	Braskem	Petrolífera	SIM
6	BRF	Alimentos	SIM
7	CCR	Energia Elétrica	SIM
8	Cemig	Energia Elétrica	SIM
9	Cielo	Pagamentos Eletrônicos	SIM
10	Coelce	Energia Elétrica	SIM
11	Copel	Energia Elétrica	SIM
12	CPFL	Energia Elétrica	SIM
13	Duralex	Móveis	SIM
14	Ecorodovias	Gestão Rodoviária	SIM
15	EDP	Energia Elétrica	SIM
16	Eletrobrás	Energia Elétrica	SIM
17	Eletropaulo	Energia Elétrica	SIM
18	Embraer	Aviação	SIM
19	Even	Construção Civil	SIM
20	Fibria	Celulose	SIM
21	Fleury	Medicina	SIM
22	Gerdau	Metalurgia	SIM
23	Gerdau MET	Metalurgia	SIM
24	Itaú S.A	Instituição Financeira	SIM
25	Itaú Unibanco	Instituição Financeira	SIM
26	JSL	Transporte Logística	SIM
27	Klabin	Celulose	SIM
28	Light	Energia Elétrica	SIM
29	Lojas Americanas	Varejo	NÃO
30	Lojas Renner	Varejo	NÃO
31	Natura	Cosméticos	NÃO
32	Sabesp	Saneamento	SIM
33	Santander	Instituição Financeira	SIM
34	Sul América	Seguros	NÃO
35	Telefônica	Telefonia	SIM
36	Tim	Telefonia	SIM
37	Tractebel	Energia Elétrica	SIM
38	Vale	Mineradora	SIM
39	Weg	Motores Elétricos	SIM

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Verifica-se conforme o Quadro 6 que das 39 empresas analisadas, aproximadamente 89,74% (35) evidenciou em algum dos documentos investigados informações referentes a divulgação das práticas ambientais adotadas. Somente 4 empresas não divulgaram suas políticas ambientais. Entretanto, ressalta-se que as companhias evidenciam outras informações a respeito do meio ambiente, como: gerenciamento, controle e certificação ambiental.

O quadro 7 demonstra quais foram os tipos de evidenciação utilizadas relativas a cada empresa integrante do ISE, sendo a informação podendo ser declarativa, monetária, não monetária, quantitativa monetária e não monetária.

Quadro 7 – Tipos de evidenciação relativas a cada empresa integrante do ISE

	EMPRESAS	DECLARATIVA	QUANTITATIVA MONETARIA	QUANTITATIVA NÃO MONETARIA	QUANTITATIVA MONETARIA E NÃO MONETARIA
1	AES TieTê	X			X
2	B2W	X			X
3	Banco do Brasil	X			X
4	Bradesco	X			X
5	Braskem	X			X
6	BRF	X		X	
7	CCR	X			X
8	Cemig	X			X
9	Cielo	X			X
10	Coelce	X		X	
11	Copel	X			X
12	CPFL	X		X	
13	Duratex	X			X
14	Ecorodovias	X			X
15	EDP	X			X
16	Eletróbrás	X			X
17	Eletropaulo	X			X
18	Embraer	X			X
19	Even	X			X
20	Fibria	X			X
21	Fleury	X			X
22	Gerdau	X	X		
23	Gerdau MET	X	X		
24	Itaú S.A	X			X
25	Itaú Unibanco	X			X

26	JSL	X		X	
27	Klabin	X			X
28	Light	X	X		
29	Lojas Americanas	X			
30	Lojas Renner	X			
31	Natura	X		X	
32	Sabesp	X			X
33	Santander	X			X
34	Sul America	X			
35	Telefônica	X			X
36	Tim	X			X
37	Tractebel	X			X
38	Vale	X			X
39	Weg	X	X		

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os resultados da evidenciação conforme o Quadro 7 revelam que 27 empresas (69,23%) evidenciaram de forma mais completa as informações de sua contabilidade ambiental, sendo de forma declarativa, monetária e não monetária. Na sequência, constatase que 4 empresas (10,26%) fizeram de forma quantitativa monetária, a evidenciação financeira nas contas da DFP, mas não apresentam de forma precisa onde foi empregado a despesa ou o investimento feito pela empresa. Quanto a informação não monetária 5 empresas (12,82%) fizeram desta forma, pois apresentaram os investimentos em seu relatório de sustentabilidade ou anual, mas não contabilizaram em conta específica DFP.

Acrescenta-se que 3 empresas (7,69%), somente fizeram um comentário sobre a importância do meio ambiente e a preservação ambiental, mas não apresentaram nenhuma ação conclusiva demonstrando que estão engajadas com as causas ambientais.

Em comparação realizada a com estudos anteriores realizados por Murcia, Fávero e também por Rover, Borba e Borgert no ano de 2007 que foram de grande relevância para esta pesquisa, constatou-se que com o passar dos anos ocorreu um aumento considerável nos níveis de evidenciação das empresas que compõe o índice de sustentabilidade empresarial, naquele ano apenas 26% das empresas divulgaram o relatório de sustentabilidade, enquanto que em 2015 tivemos 51,28%, um aumento de 31,28%.

Vale ressaltar também que os relatórios anuais em 2007 eram divulgados por 74% das empresas conforme Murcia, já esta pesquisa apurou que 87,18% das empresas

divulgaram através do relatório anual suas políticas ambientais no ano de 2015, um acréscimo de 13,18%, o que demonstra que as empresas estão mais comprometidas agora em relação a sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou investigar a evidenciação ambiental no contexto das companhias listadas no índice de sustentabilidade empresarial ISE da BM&FBOVESPA no ano de 2.015.

Para chegar ao objetivo deste estudo, a investigação foi conduzida através das análises documentais realizadas no site e nos relatórios de cada empresa, o que permitiu elaborar os quadros e tabelas do registro dessas práticas. Ao elaborar a figura 1 considera-se ter identificado os ativos intangíveis relacionados com as práticas ambientais das empresas do ISE. Apesar das limitações encontradas, os resultados apontaram que a maioria das empresas divulga as práticas ambientais realizadas em ambos os meios de comunicação estudados, DFP e Relatórios Anuais e de Sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade é o mais detalhado meio para informar acionistas, investidores, *stakeholders* e até mesmo aqueles que desejam obter informações mais detalhadas no que tange ao passado da organização assim como planos de negócios e projeções futuras. Nele é evidenciado também, tudo aquilo que numericamente não foi possível, o que chamamos de ativos intangíveis. Infelizmente a contabilidade enfrenta grandes dificuldades ao lidar com intangíveis, tanto para mensurá-los como para divulgá-los de maneira textual através dos Relatórios. Talvez por este motivo, este estudo realizado enfrentou limitações como, por exemplo, a inexistência de RS em 18 das 39 empresas analisadas.

O estudo mostra a importância dada às práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental nos tempos atuais. Diferentemente do que se pensava no passado, o crescimento econômico vem sendo incentivado até por ambientalistas, que acreditam cada vez mais na sustentabilidade juntamente com geração de riquezas.

Diante desde fato, as empresas passaram a investir fortemente nas práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Muitas vezes obrigadas por leis, outras por iniciativa própria, visando também sua valorização no mercado e até mesmo vantagem perante a concorrência, estas organizações comprometem-se em assegurar uma melhor qualidade de vida para seus clientes.

Com isso, além de estarem de acordo com todas as normas ambientais, destacando o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e as leis ambientais brasileiras, estas empresas utilizam certificados como a ISO 14001 que foca a gestão ambiental, ISO 9001 que trata de sistemas, a FSC que trata de uma certificação florestal, entre outros títulos que glorificam as atitudes ambientalmente corretas. Estes certificados não são obrigatórios, porém garantem uma ótima imagem destas empresas no mercado de capitais.

A Gestão Ambiental agora encarada como um assunto estratégico necessita planejamento, liderança, gestão de processos e gestão de pessoas. Porém, para que as decisões deste novo departamento sejam tomadas corretamente, a contabilidade ambiental deve estar em perfeita harmonia. Afinal a contabilidade ambiental foi criada justamente com o objetivo de fornecer informações à gestão ambiental, e para que as decisões dos rumos da empresa sejam tomadas corretamente.

Para elaborar as demonstrações contábeis ambientais, assim como descrevê-las e divulgá-las não só internamente, mas publicamente, torna-se uma estratégia de grande importância dentro das empresas. Os RS sendo uma demonstração contábil legal é um documento de suma importância que acompanha os demonstrativos numéricos como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, entre outros. Portanto quem estiver interessado em estudar detalhadamente uma empresa, como os investidores, os acionistas e *stakeholders*, por exemplo, poderão através desta leitura, obter melhores informações daquelas práticas até então não mensuradas, assim como as metas e objetivos futuros da empresa analisada. Da mesma forma aqueles que desconhecem a existência dos Relatórios de Sustentabilidade, e querem somente conhecer melhor ou simplesmente por curiosidade poderão fazer através deste.

A importância da divulgação destas informações, principalmente para a valorização das empresas, o resultado desta pesquisa passa a ser facilmente explicado. De 39

empresas analisadas, aproximadamente 89,74% (35) evidenciou em algum dos documentos investigados informações referentes a divulgação das práticas ambientais adotadas. Vale destacar também que mais da metade das empresas utilizou o relatório de sustentabilidade que é o mais detalhado e utiliza termos mais técnicos acabam evidenciando mais que o empresas que não divulgam neste, este faz uso de uma linguagem mais simples e generalizada, para o bom entendimento dos diversos leitores.

Em destaque na pesquisa realizada, temos as práticas principalmente das empresas de energia elétrica que em sua totalidade de se mostraram bastante preocupadas com questões ambientais, até mesmo por ser um setor de grande impacto ambiental, as empresas dão um retorno a acionistas e consumidores. Já as empresas que menos divulgaram foram a empresas de comercio e vestuário, que não apresentaram números satisfatórios e nem uma política bem definida as questões ambientais.

Por fim, apesar de ser uma divulgação voluntaria por parte das empresas, não se pode afirmar que os relatórios sofreram auditoria independente, sendo assim deveria ter obrigatoriedade quanto a esta questão, para que tenhamos um desenvolvimento das empresas ligado a sustentabilidade com informações fidedignas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. de S.; ALTOÉ, S. M. L.; SILVA, W. V.; ALMEIDA, L. B. (2013). **Índice carbono eficiente (ICO2) e retorno das ações: um estudo de eventos em empresas não financeiras de capital aberto.** *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 19, p. 61-69.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- Coelho, C.U.F. & Lins, L. dos S. (2010) **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial.** São Paulo: Atlas.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 22 – Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento.** Recuperado de: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/293_CPC%2022%20Sumario.pdf>. Acesso em: 01 jun.2016.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental.** Curitiba: Juruá, 2008.

Cunha, P.S.C.; Souza, R.B.L. & Souza, P.L. (2009). **Análise do setor madeireiro de Roraima e sua interação com a contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável**. ConTexto, V.9 (15). Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs>>. Acesso em: 01 jun.2016.

FERRARI, Afonso Rujillo. **Metodologia da Pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, L. F.; SILVA, M. W. da. (2006). **Evidenciação da contabilidade ambiental: uma análise da transparência das demonstrações contábeis de empresas nacionais do setor siderúrgico**. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 5, n. 15, p. 19-34, ago./nov.

GALLIANO, A. G. O. **Método científico: teoria e prática**. São Paulo: Habra, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. **Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure**. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 8, p. 47-77, 1995.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira, 2001.

ISE (2016) - Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <<http://www.isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=1>> Acesso em: 27 mar.2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D.. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONZONI, Mário; BIDEMAN, Rachel; e BRITO, Renata. **Finanças sustentáveis e o caso do Índice de Sustentabilidade empresarial da BOVESPA**. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, São Paulo, 2006. Anais. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas-SP, 2006. 1CD.

MURCIA, F. Da-Ri, MURCIA, F. Da-Ri, FÁVERO, L. P. L., ROVER, S., LIMA, G. A. S. F. de, & LIMA, I. (2008). '*Disclosure Verde*' nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, 260-278. FÁVERO, L. P. L., ROVER, S., LIMA, G. A. S. F. de, & LIMA, I. (2008). '*Disclosure Verde*' nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, 260-278.

A. S. F. de, & LIMA, I. (2008). ' 260-278 . FÁVERO , L. P. L. , ROVER , S., LIMA, G. A. S. F. de , & LIMA, I. (2008). ' Divulgação Verde' NAS demonstrações Contábeis : Características da Informação ambiental e Possíveis explicações Para a Divulgação Voluntária . Revista UnB Contábil , 260-278

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PRODRANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Universidade Feevale.

RIBEIRO, Alex Mussoi; BELLEN, Hans Michael Van. **Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras**. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil, 2010, p.1.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVER, Suliani ; MURCIA, Fernando Dal Ri ; BORBA, José Alonso ; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues . **Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo Exploratório sobre o Disclosure das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental**. RCO Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, p. 53-72, 2008.

SILVA, B. G. da. C. (2009). **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabete Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.